

“A autonomia estratégica alcança-se com investimento em qualificações, investigação, infraestruturas modernas e capacidade de produção”

Maria da Graça Carvalho é deputada do Parlamento Europeu, onde entre outras áreas se tem destacado pelo trabalho desenvolvido em temas relacionados com a inovação, a digitalização e a energia. Em entrevista à revista Indústria, a eurodeputada partilhou a sua visão sobre a atual crise resultante do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, com foco nas prioridades estratégicas da Europa a nível energético, mas também sobre o caminho já feito e os desafios da Dupla Transição: Digital e Verde.

A economia portuguesa, à semelhança das pares europeias, já começa a sentir os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Do seu ponto de vista, o que está nas mãos da UE fazer para minimizar este impacto?

A responsabilidade da União Europeia é agir rapidamente, e de forma decidida, de forma a encontrar soluções de curto

e médio prazo para as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia. A energia é fundamental, porque a escalada de preços tem implicações nos custos de produção e de distribuição dos restantes produtos e matérias-primas. A UE assumiu o objetivo estratégico de reduzir drasticamente a sua dependência da Rússia na energia e a única forma

de o fazer é diversificando fontes de energia e fornecedores. A aposta nas renováveis e a investigação científica, tendo em vista o desenvolvimento de outras fontes de energia limpas e acessíveis, são igualmente importantes, mas não serão suficientes para nos darem as soluções de curto prazo de que precisamos. Por isso, temos de avaliar a nossa

**Maria da Graça
Carvalho**
Eurodeputada



D.R.

“É claro que, a curto prazo, teremos de estar preparados para a possibilidade de adiar o abandono de algumas fontes de energia mais poluentes, incluindo o carvão. Mas esse atraso será meramente conjuntural”

capacidade instalada de armazenamento e de apostar nas ligações que nos permitirão trazer para o centro da Europa a energia proveniente de outros mercados. Por exemplo, a interligação do gás dos Pirenéus é extremamente importante para tirar partido da capacidade instalada nos terminais de gás natural liquefeito existentes em Espanha e Portugal.

Face às dificuldades que ameaçam estas economias, poderá impor-se a necessidade de uma nova ‘bazuca’?

Neste momento não é isso que está em cima da mesa. Os planos da Comissão Europeia passam por aproveitar os Plano de Recuperação e Resiliência existentes, eventualmente redirecionando alguns investimentos. No entanto, parece claro que terão de existir novas linhas de financiamento para assegurar o investimento que terá de ser feito, nomeadamente em infraestruturas como as interligações de energia.

Até que ponto a instabilidade gerada pelo atual conflito pode ter consequências nas prioridades da UE em matéria de Dupla Transição, como por exemplo ao nível energético?

Ao nível da transição energética, o atual quadro até poderá ter o efeito de acelerar os planos existentes, não apenas ao nível da aposta nas renováveis e no desenvolvimento de novas formas de energia mais limpas, mas também no que respeita à eficiência energética dos edifícios, por exemplo. É claro que, a curto prazo, teremos de estar preparados para a possibilidade de adiar o abandono de algumas fontes de energia mais poluentes, incluindo o carvão.

Mas esse atraso será meramente conjuntural. Os objetivos da UE para a transição energética só saíram reforçados desta situação. No que respeita à Transição Digital, não sendo um tema tão diretamente afetado pela guerra na Ucrânia, esta torna-se também ainda mais urgente. A concretização do mercado único digital, por exemplo, será extremamente importante para reforçar a resiliência da União Europeia, das suas empresas e indústrias, face a crises de diferentes ordens.

O conflito poderá ser determinante para que a Europa aposte no caminho de uma maior “autonomia estratégica”? Como vê as ideias que França tem vindo

“A concretização do mercado único digital, por exemplo, será extremamente importante para reforçar a resiliência da União Europeia, das suas empresas e indústrias, face a crises de diferentes ordens”



abertos. O que se pretende é reforçar as condições em que nos apresentamos nesses mesmos mercados. Refira-se que, para termos sucesso, precisaremos de investir em muitas áreas, desde as infraestruturas à qualificação dos nossos cidadãos. A autonomia estratégica alcança-se com investimento em qualificações, investigação científica, infraestruturas modernas e capacidade de produção.

“No contexto da Transição Verde, faz cada vez mais sentido apostar na produção local, que permite eliminar o impacto ambiental causado pela importação”

O mundo está hoje mais exposto aos riscos dos ciberataques, tendo o conflito Rússia-Ucrânia agravado esta realidade. Que preocupações lhe suscitam este tema e que medidas considera prementes para a proteção dos países e, em particular, das empresas?

Sinceramente não lhe consigo dizer, nesta fase, se a invasão da Ucrânia pela Rússia agravou significativamente o risco de ciberataques. Os problemas já eram sérios anteriormente. O certo é que este é um tema abrangido pela Transição Digital. Precisamos de levar a sério a questão da cibersegurança, tanto ao nível das instituições como individualmente. Temos de fazer no mundo digital o mesmo que fazemos no mundo físico. Não deixamos abertas as portas das nossas casas ou das nossas empresas.

A Digitalização e a Energia e Clima estão entre as principais causas que elegeu para as suas funções enquanto eurodeputada. Qual a premência destes temas para o progresso europeu?

São temas nucleares para o futuro europeu. A Transição Digital é atualmente o fator número um em termos de competitividade das economias. Quem não estiver a bordo deste comboio, quem não aproveitar plenamente o potencial dos dados, quem não

a defender, e de que forma poderiam ser implementadas sem levar a um maior protecionismo?

A necessidade de reforçar a autonomia estratégica da União Europeia já vinha a ser debatida muito antes do arranque da Presidência Francesa. Eu própria tenho abordado insistentemente este tema desde praticamente o início da atual legislatura no Parlamento Europeu. A pandemia de COVID-19, com as falhas registadas no abastecimento de alguns bens muito importantes, e depois a chamada crise dos microchips, vieram comprovar que a Europa precisava de recuperar capacidades que vinha a perder há muitos anos, em especial ao nível da manufatura, mas também na extração

de determinadas matérias-primas de grande importância. Passámos a comprar feito o que antes produzíamos, e isso deixou-nos extremamente expostos aos nossos fornecedores externos. Além disso, no contexto da Transição Verde, faz cada vez mais sentido apostar na produção local, que permite eliminar o impacto ambiental causado pela importação. Até há poucos anos prevalecia apenas o critério do preço. E isso contribuiu para o desaparecimento de muitas indústrias europeias, nomeadamente em Portugal. Mas agora existem outros fatores a ponderar. Nada disto equivale a protecionismo. Não vamos fechar as portas às importações. Os mercados continuarão

D.R.

“Quem não estiver a bordo deste comboio da Transição Digital, quem não aproveitar plenamente o potencial dos dados, quem não estiver na linha da frente ao nível da Inteligência Artificial, da computação quântica, da robótica, irá rapidamente perder competitividade no plano global”

estiver na linha da frente ao nível da Inteligência Artificial, da computação quântica, da robótica, irá rapidamente perder competitividade no plano global. E a Europa já estava a atrasar-se nesta corrida, nomeadamente em relação aos Estados Unidos. Estamos agora a fazer os investimentos necessários para inverter essa tendência. Por exemplo, fui relatora de um conjunto de parcerias muito importantes com a indústria, no âmbito do programa-quadro Horizonte Europa, entre as quais se incluem as Tecnologias Digitais Fundamentais, a Computação de Alto-Desempenho e as Redes e Sistemas Inteligentes (5G e 6G). No que respeita à energia, julgo que a presente escalada de preços é suficientemente esclarecedora em relação à importância da energia para todos os setores. E convém lembrar que os problemas não começaram apenas após a invasão da Ucrânia. Por outro lado, a transição energética está intimamente ligada aos objetivos do European Green Deal. Não será possível fazer o Green Deal, preservando ao mesmo tempo os empregos e as indústrias da Europa, sem um forte investimento no desenvolvimento de fontes de energia limpa e acessível. A questão do clima não é apenas um problema europeu. Trata-se de um desafio existencial para todos nós. Temos de recuperar o equilíbrio com o nosso planeta, sob pena de o nosso futuro – não apenas o nosso progresso – ser posto em causa.

Quais as principais propostas atualmente a serem debatidas que podem contribuir para acelerar a Dupla Transição Digital e Verde?

Existem inúmeras propostas em cima da mesa. Entre as mais importantes estão as contidas no pacote Fit-for 55, no Guião para a Década Digital e nos atos relativo à Inteligência Artificial e aos Dados. Mas, neste momento, o grande desafio é criar as condições para passar essas propostas à prática. A União Europeia é muito boa a preparar estratégias e legislação, mas não tanto a criar as condições no terreno. Para as empresas, para a indústria, para os cidadãos.

A comunidade empresarial, não obstante o seu apoio aos objetivos da Transição Verde, está muito preocupada com os impactos de algumas propostas, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de licenças de emissões, e do CBAM. Estas preocupações têm o devido peso no debate levado a cabo no Parlamento Europeu?

São preocupações compreensíveis. O Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras (CBAM) é fundamental para que exista o que, na gíria, se chama de level playing field. Ou seja: a existência de condições mínimas de igualdade entre os países ou blocos mais empenhados na luta contra as alterações climáticas e aqueles que não encaram essa luta com a mesma seriedade. Caso contrário, as empresas e indústrias europeias correm o risco de ser vítimas de concorrência desleal. No entanto, existem claramente aspetos a melhorar. A proposta da Comissão Europeia prevê a eliminação de todas as licenças gratuitas de emissões em 2025. A posição do Partido Popular Europeu, ao qual pertencço, aponta para a necessidade de primeiro ser feita uma avaliação de impacto do CBAM e de, posteriormente, ser feito um phasing out mais suave.

Tendo em conta o espectro europeu, como avalia a posição de Portugal e o caminho que temos vindo a fazer no sentido de tornar a Dupla Transição uma realidade?

Portugal está bem nas renováveis, mas existe muito por fazer na descarbonização dos transportes e edifícios e na eficiência energética. Na indústria há igualmente



D.R.

muito a fazer para apoiar certos setores, em especial as indústrias de consumo intensivo de energia. No que respeita ao digital estamos consideravelmente pior. A forma como decorreram os leilões do 5G, tecnologia que será absolutamente fundamental para o futuro da Europa, foi extremamente preocupante no que nos transmitiu sobre a falta de visão estratégica do Governo. Teremos, no Minho, um dos supercomputadores da futura rede europeia, mas continuamos a falhar no essencial.



“A burocracia, o funcionamento da justiça, a fiscalidade, dificultam o investimento por parte das empresas no conhecimento e no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores”

Também ao nível das qualificações, quer em termos de competências digitais da população em geral quer ao nível do número de especialistas, temos de fazer muito mais. E a questão de género será muito importante. Continuamos a ter poucas mulheres nas áreas TIC, o que significa que não apenas temos um problema de desigualdade para resolver como estamos a desperdiçar talentos.

Quando olha para o tecido empresarial português, como vê a sua evolução

na aplicação destas duas realidades nas suas atividades?

Um dos problemas do nosso país é a inexistência de um ecossistema favorável à inovação. A burocracia, o funcionamento da justiça, a fiscalidade, dificultam o investimento por parte das empresas no conhecimento e no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. E o que temos verificado é que, mesmo quando existem incentivos específicos para fazer estas apostas, estes acabam por não ser suficientemente aproveitados devido a essas condições de contexto. Precisamos de melhorar estas condições para que tenhamos uma economia mais dinâmica, amiga do investimento e da inovação e menos dependente do Estado.

A Europa tem vindo a disponibilizar um conjunto de fundos europeus de modo a facilitar a Dupla Transição, algo que está refletido no PRR português. Na sua opinião, estarão as empresas portuguesas preparadas para tirar partido destes financiamentos?

Algumas estão. Pelo menos têm consciência dos desafios que enfrentam e têm vindo a dar conta das suas preocupações. Mas a esmagadora maioria das empresas portuguesas são micro ou pequenas empresas, e muitas destas terão de ser apoiadas neste processo. Não apenas no plano financeiro, mas também em termos de orientação.

Quais são as principais oportunidades e os desafios para a Dupla Transição nas empresas portuguesas?

Os desafios são os que referi. No plano das oportunidades, a Transição Verde pode permitir a muitas empresas portuguesas distinguirem-se com um selo de qualidade e sustentabilidade em mercados onde não conseguiam ser competitivas quando o único critério era o preço. A Transição Digital poderá ajudar a combater as assimetrias existentes no país, pelo seu potencial para descentralizar muitas atividades económicas. Estar sediado numa grande cidade ou na sua periferia deixará de ser uma obrigação para muitos negócios. Além disso, a nível Europeu, o mercado único digital pode ser extraordinariamente importante para as nossas empresas. ■